

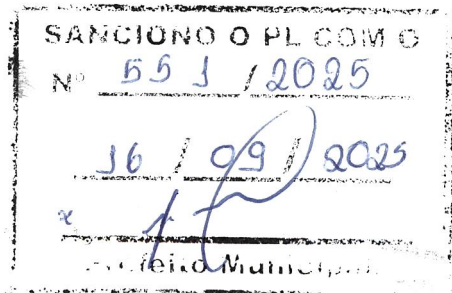


# PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.303.222/0001-49

## LEI MUNICIPAL Nº 551 DE 2025



**DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ, INSTITUI A REDE DE PROTEÇÃO ESPECIALIZADA À MULHER, A COMISSÃO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, O BENEFÍCIO EVENTUAL PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O "DIA MUNICIPAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA DIGITAL".**

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Itambé, no exercício de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores deste município aprovou e ele sanciona a presente Lei:

### CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Esta Lei estabelece diretrizes para políticas públicas integradas de prevenção, proteção, conscientização e enfrentamento à violência contra as mulheres no Município de Santo Antônio do Itambé, com ênfase nos eixos de violência digital, saúde mental, assistência social e geração de emprego e renda.

**Art. 2º** São objetivos desta Lei:

- I.** Criar a Rede de Proteção Especializada à Mulher, com atendimento multidisciplinar;
- II.** Instituir a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, para elaboração e monitoramento de políticas públicas do Conselho da Mulher;
- III.** Implementar o Benefício Eventual para mulheres vítimas de violência doméstica, diante da situação de vulnerabilidade temporária, respeitados os critérios e prazos da Lei Municipal nº 487/20\_\_ e demais normas aplicáveis;
- IV.** Garantir atendimento por profissionais mulheres em todas as áreas, principalmente nas áreas de saúde mental e de assistência social;
- V.** Combater a violência digital no território.

PUBLICADO NO QUADRO DE AVIS

16 / 09 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ



## **PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.303.222/0001-49**

**Parágrafo único.** As ações previstas nesta Lei devem articular-se com a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), a Lei de Crimes Digitais (Lei 14.132/2021) e políticas nacionais de proteção à mulher.

### **CAPÍTULO II – DA REDE DE PROTEÇÃO ESPECIALIZADA À MULHER**

**Art. 3º** Fica criada a Rede de Proteção Especializada à Mulher, integrada por:

- I.** Serviços de saúde mental (psicólogas e assistentes sociais mulheres), já disponibilizado pelo Município;
- II.** Atendimento jurídico e psicossocial no CREAS, já disponibilizado pelo Município;
- III.** Conselho da Mulher;

**Parágrafo único.** A Rede funcionará em articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e a Delegacia Especializada (DEAM), quando houver.

### **CAPÍTULO III – DO COMITÊ MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

**Art. 4º** Fica instituído a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Conselho da Mulher, com as seguintes atribuições:

- I.** Elaborar políticas públicas Inter setoriais (saúde, assistência social, educação, segurança);
- II.** Monitorar dados de violência no município;
- III.** Promover capacitações para servidores públicos;
- IV.** Fiscalizar a implementação desta Lei.

**§ 1º** A Comissão será composta por:

- a) Representantes das Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social, Educação e Segurança;
- b) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- c) Sociedade civil (ONGs, coletivos feministas)



## **PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.303.222/0001-49**

### **CAPÍTULO IV – DO BENEFÍCIO EVENTUAL PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**Art. 5º** Fica criado o Benefício Eventual Especial, nos termos desta Lei, inserindo no art.36, o inciso VI, compatível com os benefícios eventuais previstos na Lei Municipal nº 487/2022, observados os seguintes parâmetros:

- I.** Valor equivalente a 1 salário-mínimo;
- II.** Divididos em 3 vezes, ou seja, 3 meses, em casos de:
  - a)** Afastamento temporário do agressor;
  - b)** Custos com deslocamento ou moradia segura;
  - c)** Ausência de sustento básico durante processo judicial.

§ 1º O benefício será concedido uma vez a cada 12 meses, mediante laudo técnico do CREAS, ressalvadas as hipóteses de excepcionalidade previstas na Lei Municipal nº 487/2022.

§ 2º As disposições deste artigo não excluem ou limitam os benefícios eventualmente já garantidos pela Lei Municipal nº 487/2022, aplicando-se subsidiariamente suas regras processuais.

**Art. 6º** O artigo 36 da Lei 487/2022 passará a ter a seguinte redação:

**Art. 36.** Consideram-se para fins desta Lei:

- I.** Benefícios: provisões prestadas em forma de bens e, ou pecúnia;
- II.** Eventuais: no conceito de eventual temos a noção da incerteza, do inesperado e do circunstancial, do ocasional e do contingente, portanto do temporário;
- III.** Inseguranças sociais de acolhida, convívio, renda, autonomia, apoio e auxílio são desproteções resultantes de vivências que ocasionam danos, perdas ou prejuízos e, por isso, requer atenção imediata;
- IV.** Benefícios eventuais: provisões suplementares e temporárias para pessoas ou famílias em situação de insegurança social ocasionada por vivências de perdas, danos e prejuízos relacionadas às seguranças afiançadas pela política de assistência social;





## PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.303.222/0001-49

- V. Prontidão: respostas imediatas e urgentes às necessidades das famílias e, ou indivíduos, vivenciadas por decorrência de privações, contingências imponderáveis e ocasionais.
- VI. Benefício Eventual Especial: Valor equivalente a 1 salário-mínimo, divididos em 3 vezes, ou seja, 3 meses, em casos de: a) Afastamento temporário do agressor; b) Custos com deslocamento ou moradia segura; c) Ausência de sustento básico durante processo judicial.

### CAPÍTULO V – DO BENEFÍCIO EVENTUAL PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

**Art. 7º** Fica instituído o Cadastro de Serviços Temporários para Mulheres, com a finalidade de promover a inclusão de mulheres no mercado de trabalho, especialmente nas empresas prestadoras de serviços ao Município.

**Parágrafo único.** O Cadastro tem como objetivo a contratação temporária de mulheres para funções relacionadas à prestação de serviços públicos, incentivando a participação feminina em atividades temporárias no âmbito municipal.

**Art. 8º** As empresas que prestam serviços ao Município serão incentivadas a priorizar a contratação de mulheres cadastradas, sejam elas em obras, projetos ou serviços administrativos e operacionais.

**Art. 9º** As empresas participantes terão acesso ao Cadastro e deverão priorizar, sempre que possível, a contratação de mulheres para as vagas temporárias, com base nas informações fornecidas pelas interessadas, respeitando os critérios de seleção estabelecidos.

### CAPÍTULO VI – DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS PARA VIOLÊNCIA DIGITAL

**Art. 10º** Considera-se violência digital qualquer conduta praticada por meio de redes sociais, aplicativos de mensagem ou ambientes virtuais que:

- I. Exponha, divulgue ou ameace compartilhar imagens, vídeos ou informações íntimas sem consentimento;



## PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.303.222/0001-49

**II.** Pratique cyberbullying, assédio, perseguição (stalking) ou discurso de ódio contra mulheres;

**III.** Utilize dados pessoais para constrangimento, chantagem ou difamação.

**Parágrafo único.** As ações previstas nesta Lei devem priorizar medidas educativas, preventivas e de apoio às vítimas, em articulação com órgãos municipais e sociedade civil.

**Art. 11º** Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a implementar:

**I.** Campanhas permanentes de conscientização sobre violência digital, especialmente em: Escolas públicas e particulares; Unidades de saúde, educação (Escolas Municipais) e assistência social (CRAS, CREAS); Eventos municipais dirigidos à juventude.

**II.** Programas educativos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, incluindo temas como: Direitos digitais e proteção de dados; Consequências jurídicas e psicológicas da violência online; Empatia e uso responsável da internet.

**III.** Programas de promoção em saúde mental em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, incluindo temas como: a) Autocuidado e feminino; b) Autoestima e autoconfiança dentro das relações; c) Oferta de psicoterapia para mulheres e jovens vítimas da violência digital;

**IV.** Capacitação de profissionais da educação, saúde e assistência social para identificar e encaminhar casos de violência digital.

**Art. 12º** A divulgação não autorizada de conteúdo íntimo por servidores públicos ou em equipamentos municipais (escolas, telecentros, etc.) sujeitará o responsável as penalidades descritas no Estatuto do Servidor Público, através de procedimento de sindicância e processo administrativo disciplinar.

**Parágrafo único:** Caso o autor seja menor de idade, as medidas serão aplicadas aos responsáveis legais, com encaminhamento a programas socioeducativos.

## CAPÍTULO VII – DO DIA MUNICIPAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA DIGITAL - DIA DA TAMARA



## PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.303.222/0001-49

**Art. 13º** Fica instituído o “Dia Municipal de Combate à Violência Digital”, a ser celebrado anualmente em sugestão: data relacionada ao caso da jovem ou 07/05 – Dia da Internet Segura, com:

- I.** Palestras, rodas de conversa e distribuição de materiais informativos;
- II.** Homenagem às vítimas (com autorização das famílias).

### CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 14.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei em 90 dias, inserindo o seu artigo 5º no artigo 36, VI, das disposições da Lei Municipal nº 487/2022.

**Art. 15.** As despesas serão custeadas por dotações orçamentárias, convênios e recursos do Fundo Municipal de Assistência Social vinculados à Lei nº 487/2022.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, sem prejuízo dos direitos já adquiridos com base na Lei Municipal nº 487/2022.

Santo Antônio do Itambé /MG, 16 de Setembro de 2025.

Ronam Wesley Sales  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF: 065.378.456-20

**Ronam Wesley Sales**

Prefeito Municipal de Santo Antônio do Itambé